



Freguesia de Marvila

Av. João Paulo II, Lote 526-1.º A — 1950-159 LISBOA

Tel: 218 310 350

Fax: 218 310 359

e-mail: info@jf-marvila.pt

www.jf-marvila.pt

NIF: 507330609

Junta de Freguesia de Marvila

CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

[Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto – Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro]

Entre a Junta de Freguesia de Marvila

E

Clube Oriental de Lisboa

Atribuição de Apoios Financeiros aos Clubes, Associações Desportivas e Outras Entidades.

PREÂMBULO

O sedentarismo está associado ao comportamento quotidiano da maioria da população portuguesa, e em concreto da comunidade Marvilense, agravando-se na faixa etária mais idosa.

Uma vida sedentária contribui para o aparecimento de doenças como a obesidade, diabetes, hipertensão arterial, cancro, enfarte do miocárdio, perda da flexibilidade articular, entre outras, podendo pôr em causa o funcionamento de vários órgãos.

Assim, a Junta de Freguesia de Marvila, considera fundamental a criação de turmas para as modalidades de ginástica e hidroginástica, tendo como público-alvo os idosos.

Além disso, a criação deste programa tem como princípio, a admissão de idosos cujos rendimentos não conseguem suportar a aquisição deste serviço através de uma instituição privada ou com preços mais altos.

É atribuição desta autarquia local “a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações”, de acordo com o n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais.

RR



Freguesia de Marvila

Av. João Paulo II, Lote 526-1.º A — 1950-159 LISBOA

Tel: 218 310 350

Fax: 218 310 359

e-mail: info@jf-marvila.pt

www.jf-marvila.pt

NIF: 507330609

Nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, compete à Junta de freguesia “*apoiar atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra de interesse para a freguesia*”.

É, pois, de interesse público, a J.F.M. ampliar a parceria anteriormente estabelecida, apoiando financeiramente estas modalidades, de forma a reduzir os preços de acesso às mesmas e a possibilitar a população mais idosa da freguesia de Marvila a usufruir destas aulas.

Tal constituirá uma medida de combate ao sedentarismo, promovendo o exercício físico e contribuir para o envelhecimento ativo e saudável da população mais envelhecida desta freguesia.

Ora, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 46.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro que define as bases de atividades física e do desporto, “***os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas Autarquias Locais, na área do desporto, são titulados por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei***”.

E nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro que aprovou o Regime Jurídico dos Contratos-programa de desenvolvimento desportivo, “***os apoios ou participações financeiras atribuídos pelas federações desportivas aos clubes, associações regionais ou distritais ou ligas profissionais, nelas filiados, são obrigatoriamente titulados por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, celebrados nos termos do presente decreto-lei e integralmente publicitados nas páginas eletrónicas das entidades concedentes***”.

Nos termos do artigo 47.º da citada Lei n.º 5/2007, conjugado com o artigo 11.º do DL n.º 273/2009, a concessão de apoios ou participações financeiras depende da apresentação de programa de desenvolvimento desportivo, o qual deverá conter os elementos constantes no n.º 1 do artigo 12.º do citado DL n.º 273/2009.

In casu, o COL apresentou programa de desenvolvimento desportivo, bem como todos os demais documentos necessários para a concessão de apoio financeiro e que farão parte integrante do contrato-programa a celebrar.

A promoção e o apoio ao desporto, consubstanciado na criação de condições de prática desportiva, assume-se como uma das competências legais das autarquias na prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das populações respectivas.

A concretização do princípio constitucional expresso no art.º 79.º da Constituição da República Portuguesa, de modo a que todos tenham direito à cultura física e ao Desporto, exige a conjugação de vários esforços institucionais, nomeadamente do Governo e das

RR



Freguesia de Marvila

Av. João Paulo II, Lote 526-1.º A — 1950-159 LISBOA

Tel: 218 310 350

Fax: 218 310 359

e-mail: info@jf-marvila.pt

www.jf-marvila.pt

NIF: 507330609

autarquias, dos organismos da administração pública desportiva, das colectividades, das federações, das associações e dos clubes desportivos.

E de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro que estabelece a Lei de bases da atividade física e do desporto, incumbe às autarquias locais, a promoção e a generalização da atividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos. E nos termos do n.º 1 do seu artigo 7.º, incumbe, igualmente, à Administração Pública, *“apoiar e desenvolver a prática desportiva regular e de alto rendimento, através da disponibilização de meios técnicos, humanos e financeiros, incentivar as atividades de formação dos agentes desportivos e exercer funções de fiscalização, nos termos da lei”*.

A celebração de contrato-programa, nos termos atrás enunciados, depende da observância de determinados requisitos, conforme se prevê no artigo 47.º da Lei de bases da atividade física e do desporto, e deverá observar o regime jurídico definido pelo Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, que estabelece o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo.

Assim, a Junta de Freguesia de Marvila, em cumprimento com a legislação em vigor, tem desenvolvido uma metodologia de apoios ao Movimento Associativo da Freguesia, concedendo apoios ou participações financeiras na área do Desporto, e promovendo, consequentemente, o conceito de “Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo”.

JUSTIFICAÇÃO

Para o desenvolvimento das modalidades de ginástica e hidroginástica, a J.F.M. necessita de técnicos qualificados e de espaços físicos para o desenvolvimento das mesmas.

Atendendo ao facto de que a freguesia apenas dispõe de uma piscina, a Piscina Municipal de Vale Fundão, cuja gestão está a cargo do C.O.L de acordo com o estabelecido no contrato-programa n.º 17/CML/DD/11 celebrado a 22 de Julho de 2011, o C.O.L. detém a exploração do referido equipamento desportivo.

Ora, a concretização do programa que se pretende desenvolver depende da utilização da Piscina Municipal do Vale Fundão e consequentemente dos recursos do C.O.L.

Posto isto, e considerando que este programa visa o interesse público e acrescentará qualidade de vida aos marvilenses com baixos recursos financeiros e enquadrados numa faixa etária cujos riscos de isolamento social e sedentarismo são elevados, a J.F.M. pretende apoiar a execução do mesmo.

Ora, o sedentarismo está associado ao comportamento quotidiano da maioria da população portuguesa, e em concreto da comunidade Marvilense, agravando-se na faixa etária mais idosa.

RR

3



Freguesia de Marvila

Av. João Paulo II, Lote 526-1.º A — 1950-159 LISBOA

Tel: 218 310 350

Fax: 218 310 359

e-mail: info@jf-marvila.pt

www.jf-marvila.pt

NIF: 507330609

Tal deve-se, entre outros fatores, aos baixos rendimentos dos fregueses que se veem impedidos a recorrer a ajuda e supervisão técnica.

A J.F.M. mostra-se solidária perante as dificuldades atuais da população marvilense e pretende apoiar o desenvolvimento destas modalidades. Assim, tem-se como objetivos prevenir o aparecimento de doenças como a obesidade, diabetes, hipertensão arterial, cancro, enfarte do miocárdio, perda da flexibilidade articular, entre outras, podendo pôr em causa o funcionamento de vários órgãos.

Este programa apresenta-se com medida de combate ao sedentarismo, promovendo o exercício físico, contribuindo assim para o envelhecimento ativo e saudável da população mais envelhecida desta freguesia.

É atribuição desta autarquia local “a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações”, de acordo com o n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais.

Nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, compete à Junta de freguesia “apoiar atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra de interesse para a freguesia”.

É, pois, de interesse público, a J.F.M apoiar financeiramente estas modalidades, de forma a reduzir os preços de acesso às mesmas e a possibilitar a população mais idosa da freguesia de Marvila a usufruir destas aulas.

Ora, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 46.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro que define as bases de atividades física e do desporto, “os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas Autarquias Locais, na área do desporto, são titulados por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei”.

E nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro que aprovou o Regime Jurídico dos Contratos-programa de desenvolvimento desportivo, “os apoios ou participações financeiras atribuídos pelas federações desportivas aos clubes, associações regionais ou distritais ou ligas profissionais, nelas filiados, são obrigatoriamente titulados por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, celebrados nos termos do presente decreto-lei e integralmente publicitados nas páginas eletrónicas das entidades concedentes”.

Nos termos do artigo 47.º da citada Lei n.º 5/2007, conjugado com o artigo 11.º do DL n.º 273/2009, a concessão de apoios ou participações financeiras depende da apresentação de programa de desenvolvimento desportivo, o qual deverá conter os elementos constantes no n.º 1 do artigo 12.º do citado DL n.º 273/2009.

RR

4



Freguesia de Marvila

Av. João Paulo II, Lote 526-1.º A — 1950-159 LISBOA
Tel: 218 310 350 Fax: 218 310 359

Handwritten signature

e-mail: info@jf-marvila.pt

www.jf-marvila.pt

NIF: 507330609

In casu, o C.O.L apresentou programa de desenvolvimento desportivo, bem como todos os demais documentos necessários para a concessão de apoio financeiro e que farão parte integrante do contrato-programa a celebrar.

Entre:

A **Junta de Freguesia de Marvila**, pessoa colectiva nº 507 330 609, adiante designada por JFM, neste acto representada pelo seu Presidente, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, como **Primeira Outorgante**,

e

O **Clube Oriental de Lisboa**, pessoa colectiva nº 501 226 591, adiante designada por COL, neste acto representado pelo Presidente da Direcção, José Fernando Nabais, como **Segundo Outorgante**.

É celebrado o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo nos termos e ao abrigo do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira (Objecto)

1. A atribuição de apoio financeiro ao Segundo Outorgante, com vista à execução do programa de desenvolvimento desportivo apresentado por este, que tem como propósito o desenvolvimento das modalidades de ginástica e hidroginástica para a população sénior de marvila e que tenha como inerência baixos rendimentos.
2. As atividades desportivas a desenvolver e que foram indicadas no número anterior, estarão disponíveis apenas às pessoas economicamente mais desfavorecidas, mediante prova a apresentar nos termos do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Preços da Freguesia de Marvila, aprovado em executivo de 11/05/2015 e em Assembleia de Freguesia de 19/05/2015.
3. O desenvolvimento das modalidades indicadas no programa de desenvolvimento desportivo, e mencionadas nos números anteriores, encontra-se orçamentado em **7 410, 18 € (sete mil e quatrocentos e dez euros e dezoito cêntimos)**.
4. O programa de desenvolvimento desportivo em apreço, que faz parte integrante do presente contrato-programa, obedece ao disposto no art.º 12º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro.
5. A disciplina do regime de participação e o acompanhamento de execução da iniciativa aqui prevista são definidos pelo Primeiro Outorgante.

RR

Handwritten signature
5



Freguesia de Marvila

Av. João Paulo II, Lote 526-1.º A — 1950-159 LISBOA

Tel: 218 310 350

Fax: 218 310 359

e-mail: info@jf-marvila.pt

www.jf-marvila.pt

NIF: 507330609

Cláusula Segunda

(Apoio Financeiro)

1. A Primeira Outorgante atribui ao Segundo Outorgante apoio financeiro referido no número 1 da cláusula anterior, no montante de **4 446, 11 € (quatro mil e quatrocentos e quarenta e seis euros e onze centimos)**, a pagar trimestralmente, sendo a primeira prestação no valor de **1 905, 47 € (mil e novecentos e cinco euros e quarenta e sete centimos)**, verba que será transferida em fevereiro, a segunda no valor de **1 905, 47 € (mil e novecentos e cinco euros e quarenta e sete centimos)**, verba que será transferida em abril e uma última prestação transferida em julho, no valor de **635,17 € (seiscentos e trinta e cinco euros e dezassete centimos)**, após a outorga do presente contrato-programa e desde que reunidas as condições previstas na cláusula seguinte.
2. O Apoio financeiro referido e discriminado no número anterior destina-se a contribuir nas despesas previsíveis inerentes ao desenvolvimento das modalidades desportivas indicadas no programa de desenvolvimento desportivo, ficando o remanescente a cargo do Segundo Outorgante.
3. A gestão e a manutenção do apoio financeiro concedido pela Primeira Outorgante são da responsabilidade do Segundo Outorgante.
4. Não obstante o objeto do presente contrato compreender o desenvolvimento de atividades desportivas, as mesmas estão intimamente ligadas com a Ação Social, no âmbito do Programa Marvila com Vida, conforme demonstrado no número 2 da Cláusula Primeira, pelo que a despesa inerente a este contrato será satisfeita por dotação existente na seguinte classificação económica: na orgânica 04 – Ação Social e Saúde; na rubrica económica 04070106 – Desenvolvimento de Protocolos e iniciativas partilhadas e no código 04211 – programa “Marvila é uma responsabilidade de todos”.
5. O presente contrato assume o compromisso n.º 457.

Cláusula Terceira

(Obrigações do Segundo Outorgante)

1. Constituem obrigações do Segundo Outorgante:
 - a) Afetar todos os apoios financeiros, materiais e logísticos concedidos exclusivamente à execução do programa de desenvolvimento desportivo objeto deste contrato;
 - b) Assegurar a execução integral dos termos do presente contrato;
 - c) Pagar pontualmente as remunerações devidas pela prestação de serviços de professor de ginástica e hidroginástica;
 - d) Entregar mensalmente comprovativo do pagamento mensal das remunerações dos professores a contratar.
 - e) Fazer menção expressa do apoio da Primeira Outorgante em todos os materiais que promovam a iniciativa;

RR

6



Freguesia de Marvila

Av. João Paulo II, Lote 526-1.º A — 1950-159 LISBOA

Tel: 218 310 350

Fax: 218 310 359

e-mail: info@jf-marvila.pt

www.jf-marvila.pt

NIF: 507330609

- f) Entregar relatório final de atividades respeitante à execução total do presente contrato-programa;
- g) Cumprir e fazer cumprir todos os regulamentos aplicáveis;
- h) Colaborar nas atividades desportivas organizadas pela Primeira Outorgante;
- i) Promover e divulgar as atividades referidas na alínea anterior junto dos sócios e associados, atletas e encarregados de educação.
- j) Informar de imediato a entidade concedente de quaisquer factos que sejam susceptíveis de perturbar a normal execução do contrato;
- k) Prestar consentimento expresso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente, nos termos da lei;
- l) Incluir no relatório anual de atividades uma referência expressa à execução do contrato-programa;
- m) Elaborar e enviar à Primeira Outorgante, no prazo de 30 dias após a cessação do presente contrato-programa, um relatório final sobre a execução mesmo;
- n) Prestar quaisquer informações ou apresentar documentos solicitados pela Primeira Outorgante que respeitem à execução do programa de desenvolvimento desportivo;
- o) Dar a conhecer aos seus associados, dirigentes e atletas, a celebração deste contrato-programa;

Cláusula Quarta **(Contratos de Seguro)**

1. O Segundo Outorgante obriga-se a subscrever, a manter em vigor, e a fazer cumprir, durante o período de execução do presente contrato, as apólices de seguro obrigatórias e previstas na lei.
2. A Primeira Outorgante pode exigir, em qualquer momento, cópias das apólices e dos recibos de pagamento dos prémios dos seguros previstos na presente secção ou na legislação aplicável, não sendo autorizada a entrada nos equipamentos desportivos da Primeira Outorgante sem a exibição destes documentos.

Cláusula Quinta **(Outras obrigações)**

1. Os Outorgantes obrigam-se a cooperar no sentido de garantir a boa realização da actividade objeto deste Contrato-Programa.

Cláusula Sexta **(Acompanhamento e controlo de execução)**

1. A Primeira Outorgante exerce a fiscalização da execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias ou determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.

RR

7



Freguesia de Marvila

Av. João Paulo II, Lote 526-1.º A — 1950-159 LISBOA

Tel: 218 310 350

Fax: 218 310 359

[Handwritten signature]

e-mail: info@jf-marvila.pt

www.jf-marvila.pt

NIF: 507330609

2. O Segundo Outorgante deve prestar à entidade concedente da comparticipação financeira todas as informações por esta solicitadas relativas à execução do presente contrato.

Cláusula Sétima **(Incumprimento do Contrato-Programa)**

1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante de duas ou mais obrigações previstas no presente Contrato-Programa, constitui motivo para rescisão imediata do mesmo por parte da Primeira Outorgante e implica a devolução dos montantes recebidos.
2. O direito de resolução previsto no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Segundo Outorgante, que produz efeitos 30 dias após a receção da mesma.

Cláusula Oitava **(Suspensão do Contrato-Programa)**

1. Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior, o presente Contrato-Programa poderá ser suspenso, em qualquer momento, pela Primeira Outorgante sempre que se verificar que o Segundo Outorgante se encontra em situação de incumprimento das suas obrigações fiscais ou para com a segurança social.
2. A suspensão por um período superior a 6 meses determinará a rescisão do presente contrato, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula Nona **(Duração do Contrato)**

1. O presente contrato vigorará desde a data da sua publicitação no site da JFM até à conclusão do programa de desenvolvimento desportivo, isto é, até 29 de Julho 2016, sem prejuízo do cumprimento integral, por parte do Segundo Outorgante, das obrigações assumidas na cláusula 4.ª do presente contrato.

Cláusula Décima **(Revisão do Contrato)**

1. O presente contrato pode ser modificado nas seguintes situações:
 - a) Sempre que, em virtude de alteração superveniente e imprevista das circunstâncias, a sua execução se torne excessivamente onerosa para a entidade beneficiária da comparticipação financeira ou manifestamente inadequada à realização do interesse público;
 - b) Por acordo entre as partes.

RR

8

[Handwritten signature]



Freguesia de Marvila

Av. João Paulo II, Lote 526-1.º A — 1950-159 LISBOA

Tel: 218 310 350

Fax: 218 310 359

e-mail: info@jf-marvila.pt

www.jf-marvila.pt

NIF: 507330609

Cláusula Décima Primeira

(Cessação do Contrato)

1. A vigência do presente contrato cessa:
 - a) Quando esteja concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto;
 - b) Quando, por causa não imputável à entidade responsável pela execução do programa, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos;
 - c) Quando a entidade concedente do apoio exerça o seu direito de resolver o contrato;
 - d) Quando não forem apresentados os documentos a que se refere o n.º 2, do artigo 25.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009;
2. A cessação do contrato efetua-se através de notificação dirigida à parte Outorgante, no prazo máximo de 30 dias a contar do conhecimento do facto que lhe serve de fundamento.

Cláusula Décima Segunda

(Direito à restituição)

1. Sem prejuízo do disposto na cláusula sétima, o incumprimento culposos, por parte da entidade beneficiária da comparticipação financeira, confere à J.F.M. o direito de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do programa.
2. Nos demais casos não referidos no número anterior, o incumprimento confere à J.F.M. o direito de reduzir proporcionalmente a sua comparticipação.

Cláusula Décima Terceira

(Publicidade)

1. O presente contrato deve ser publicitado nos termos do n.º 1, do artigo 27.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009.

Cláusula Décima Quarta

(Omissões)

1. Nos casos omissos é aplicável o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, e as demais legislação aplicáveis.



Freguesia de Marvila

Av. João Paulo II, Lote 526-1.º A — 1950-159 LISBOA

Tel: 218 310 350

Fax: 218 310 359

e-mail: info@jf-marvila.pt

www.jf-marvila.pt

NIF: 507330609

Cláusula Décima Quinta (Efeitos)

1. O presente contrato reporta os seus efeitos a partir da data de publicitação do presente contrato-programa.
2. O presente contrato-programa foi aprovado em minuta através de deliberação de Junta de Freguesia de 27 de janeiro.

O presente Contrato-Programa foi celebrado em Lisboa, em 22 Fevereiro de 2016, contendo 10 (dez) páginas de 2 (dois) exemplares, ficando um exemplar na posse de cada um dos Outorgantes.

O Primeiro Outorgante


Belarmino Silva

O Segundo Outorgante


José Fernando Nabais
Vítor Manuel Sequeira